



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

APELAÇÃO Nº 0013799-14.2010.8.17.0810 (0320445-1)

APELANTE: Ministério Público de Pernambuco

APELADO: Paulo Germano da Silva Júnior

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

EMENTA: PENAL. APELAÇÃO. RECURSO MINISTERIAL. ABSOLVIÇÃO QUANTO AO CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES. PROVA DA EFETIVA CORRUPÇÃO. PRESCINDIBILIDADE. DELITO FORMAL. PRECEDENTES STF. SÚMULA 500 STJ. SENTENÇA REFORMADA PARA CONDENAR O ACUSADO POR INFRAÇÃO AO ART. 244-B DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

1. O crime de corrupção de menores é formal, não havendo necessidade de prova efetiva da corrupção ou da idoneidade moral anterior da vítima, bastando indicativos do envolvimento de menor na companhia do agente imputável. Precedentes SFT e STJ.

2. Comprovada a menoridade dos comparsas do apelado e sua efetiva participação no delito de roubo pelo qual restou o mesmo condenado, torna-se imperiosa a reforma da sentença para condená-lo também nas penas do art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

3. Recurso ministerial provido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação nº 0013799-14.2010.8.17.0810 (0320445-1), em que figuram como partes as acima mencionada, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por decisão unânime, em dar provimento ao recurso ministerial, tudo conforme consta no relatório e votos anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 28 de maio de 2014

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

APELAÇÃO Nº 0013799-14.2010.8.17.0810 (0320445-1)

APELANTE: Ministério Público de Pernambuco

APELADO: Paulo Germano da Silva Júnior

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo **Ministério Público estadual**, contra sentença proferida pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Jaboatão do Guararapes, que julgou parcialmente procedente a denúncia, condenando o réu Paulo Germano da Silva Júnior à pena de 06 (cinco) anos e 08 (oito) meses de reclusão, por infração ao art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal.

Nas razões de fls. 259/264, o representante do *Parquet* requer a reforma parcial da sentença para fins de condenar o apelado também como incurso no tipo penal previsto no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (corrupção de menores)¹.

Alega o Ilmo. Promotor de Justiça que o posicionamento adotado pelo Juiz sentenciante para afastar o delito de corrupção de menores não pode subsistir, pois, em se tratando de delito formal, para sua caracterização "*basta tão somente que se comprove a associação criminosa do agente adulto com a criança ou o adolescente*".

O apelado, por meio da Defensoria Pública estadual, apresentou contrarrazões às fls. 267/268, pugnando pelo improvimento do recurso ministerial.

¹ Art. 244-B. Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la:
Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

Antonio de Melo e Lima
Desembargador

hms



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

A Procuradoria de Justiça, em parecer da lavra da Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, opinou pelo provimento do apelo ministerial, às fls. 284/285v.

É relatório. Ao Revisor.

Recife, 10 de fevereiro de 2014.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

APELAÇÃO Nº 0013799-14.2010.8.17.0810 (0320445-1)

APELANTE: Ministério Público de Pernambuco

APELADO: Paulo Germano da Silva Júnior

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores

Conforme foi relatado, por meio do presente recurso, o Ministério Público visa à reforma parcial da sentença vergastada, unicamente para o fim de condenar o apelado **Paulo Germano da Silva Júnior** também por infração ao art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ao analisar o *decisum* guerreado, verifica-se que o Magistrado de piso concluiu pela procedência parcial da denúncia por entender que não restou comprovado nos autos ter o acusado corrompido os adolescentes na companhia dos quais praticou o delito de roubo. Para afastar a configuração de menores, o Juiz *a quo* apresentou a seguinte fundamentação:

“[...] No que pertine ao crime de corrupção de menores, dispõe o art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente: “Art. 244-B. Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)”. O objeto material de tal crime não é qualquer menor de dezoito anos. A lei prescreve dois núcleos verbais delitivos, corromper ou facilitar a corrupção, de maneira que, além da necessidade de o sujeito passivo ter menos de dezoito anos, exige-se que ainda não esteja corrompido, ou, ainda que corrompido, a conduta do agente corruptor seja capaz de corrompê-lo ainda mais, na escala



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

ascendente da corrupção. Sendo o menor já corrompido ou não contribuindo a conduta do agente para sua maior corrupção, tem-se a figura do crime impossível, por absoluta impropriedade do objeto (art. 17 CPB).

Eis o significado etimológico do verbo corromper: estragar, apodrecer, infectar, mudar para o mal, depravar, perverter, viciar, induzir ao mal. Provém do latim "*corrumpere*", de sorte que, se o menor já estiver com sua moral e personalidade estragadas, caráter infectado pelas más ações, pervertido, não será objeto material próprio de corrupção, posto que já corrompido, restando o agente ser responsabilizado apenas pelo crime praticado em concurso com o menor, na qualidade de co-autor ou partícipe, conforme as circunstâncias.

"MENOR INTEIRAMENTE CORROMPIDO – NÃO HÁ CRIME (RT, 543:409, 544:421 E 591:328; RJTSP 73:324). NÃO SE PODE CORROMPER QUEM JÁ SE ENCONTRA TOTALMENTE CORROMPIDO. TODAVIA, HÁ UMA VERDADEIRA ESCALA NA CORRUPÇÃO. SOMENTE NÃO SE CARACTERIZARÁ O DELITO SE O MENOR JÁ ESTIVER NO GRAU MÁXIMO DE DEGRADAÇÃO. CASO JÁ NÃO REVELE INOCÊNCIA, MAS ESTEJA AINDA NOS PRIMEIROS DEGRAUS DA ESCALA DA CORRUPÇÃO, O MENOR DEVERÁ SER LEVADO A UM GRAU MAIOR, SUFICIENTE PARA DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DO CRIME. NESSE SENTIDO: RT, 428:300, 521:482 E 486:280".

Assim, não se configurou o crime de corrupção de menores, na medida em que seus elementos indispensáveis não ficaram evidenciados, havendo apenas a incidência da qualificadora do concurso de pessoas. [...]". (fls. 245 - grifos do original)

Contudo, o posicionamento adotado pelo Juiz sentenciante, há muito, encontra-se superado.

Decerto, a corrupção de menores é crime formal, bastando que o agente esteja corrompendo ou facilitando a corrupção do menor, praticando



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

juntamente com ele infração penal, ou induzindo-o a praticá-la, para a configuração do crime.

O art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente visa proteger a integridade moral do adolescente, porquanto sua personalidade ainda está em formação, sendo facilmente influenciável por fatores externos e, o seu envolvimento com imputáveis na prática de delitos, por si só, é uma ameaça ao seu desenvolvimento moral.

Na hipótese, a denúncia narra que *"em 02 de agosto de 2010, pela madrugada, nas proximidades da loja insinuante, em Prazeres, nesta Comarca, o denunciado, em concurso de agentes com outros quatros indivíduos, em deles ainda não identificado e três adolescentes infratores, fazendo uso de violência real, subtraiu um colar inox, o telefone celular e a quantia de vinte reais de Cláudio Francisco da Silva"*.

Por outro lado, da prova oral colhida em juízo, extrai-se os depoimentos dos policiais militares Lee Lameque Bernardino e Wellington Ferreira da Silva, os quais confirmaram que dentre os assaltantes, apenas o acusado era penal imputável, tendo sido apreendidos em sua companhia três adolescente (fls. 130/131).

Portanto, não há dúvidas de que o acusado praticou o delito descrito na exordial acusatória na companhia de adolescentes. Deste modo, ainda que os menores já fossem corrompidos, a simples prática do crime juntamente estes acaba estimulando a sua manutenção dos mesmos no mundo da criminalidade.

Como já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, *"O fim a que se destina a tipificação do delito de corrupção de menores é impedir o estímulo tanto do ingresso como da permanência do menor no universo criminoso. O bem jurídico tutelado pela citada norma incriminadora não se restringe à inocência moral do menor, mas abrange a formação moral da criança e do adolescente, no que se refere à necessidade de abstenção da prática de infrações penais"* (Resp 1160429/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 02/03/2010, DJe 29/03/2010)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

Logo, deve-se dar maior proteção ao menor, impedindo a sua corrupção, pois o bem juridicamente tutelado é a proteção de sua moralidade, visando coibir a prática de delitos em que este seja explorado.

Por isso, repita-se, para a configuração do delito em questão não se exige prova da efetiva corrupção, bastando a comprovação de que o apelante agiu em comunhão de desígnios com o adolescente, o que efetivamente restou incontestável na situação em comente.

A propósito, confira-se o seguinte aresto proveniente do Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. 1. CORRUPÇÃO DE MENORES. 1. ART. 244-B DA LEI N. 8.069/1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE). NATUREZA FORMAL. 2. ROUBO COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO. JULGADO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DESNECESSIDADE DE APREENSÃO E DE PERÍCIA DA ARMA PARA A COMPROVAÇÃO DA CAUSA DE AUMENTO DA PENA. CIRCUNSTÂNCIA QUE PODE SER EVIDENCIADA POR OUTROS MEIOS DE PROVA. PRECEDENTES. 1. O crime de corrupção de menores é formal, não havendo necessidade de prova efetiva da corrupção ou da idoneidade moral anterior da vítima, bastando indicativos do envolvimento de menor na companhia do agente imputável. Precedentes. 2. A decisão do Superior Tribunal de Justiça está em perfeita consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. 3. São desnecessárias a apreensão e a perícia da arma de fogo empregada no roubo para comprovar a causa de aumento do art. 157, § 2º, inc. I, do Código Penal, pois o seu potencial lesivo pode ser demonstrado por outros meios de prova. Precedentes. 4. Recurso ao qual se nega provimento. (RHC 111434, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

301
7

julgado em 03/04/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-074
DIVULG 16-04-2012 PUBLIC 17-04-2012)

Não é outro o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no âmbito do qual a matéria encontra-se consolidada no enunciado da Súmula 500, *in verbis*:

“A configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal.”

Por conseguinte, comprovada a menoridade dos comparsas do apelado e sua efetiva participação no delito de roubo pelo qual restou o mesmo condenado, **torna-se imperiosa a reforma da sentença para condená-lo também nas penas do art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (corrupção de menores).**

Passo, então, à dosimetria da pena:

O paciente é tecnicamente primário, porém, sua conduta social afigura-se desajustada, pois, estando no gozo dos benefícios da liberdade provisória, concedida no presente feito (fl. 137), foi novamente preso em flagrante delito pela prática do crime de roubo majorado – **processo de NPU 0010386-24.2012.8.17.0001**, nos autos do qual lhe foi decretada a prisão preventiva. Não há elementos para aferir sua personalidade, tampouco restou demonstrada a motivação do delito, cujas consequências são comuns ao tipo penal.

Assim, considerando que apenas uma das circunstâncias judiciais lhe foi desfavorável, fixo a pena base em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão. Ausentes circunstâncias atenuantes e/ou agravantes, assim como causas de aumento e/ou diminuição de pena, **torno-a concreta e definitiva em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão.**

Uma vez que o apelado foi condenado também pelo crime de roubo, e tendo em vista a regra do **concurso material** (art. 69, CP), as penas aplicam-se cumulativamente. Portanto, somo à pena do crime de corrupção de menores aquela



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

fixada pelo Juiz de primeiro grau para o crime de roubo qualificado (art. 157, § 2º, II, CP), qual seja, 06 (seis) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 30 (trinta) dias-multa, **perfazendo um total de 08 (oito) anos e 02 (dois) meses de reclusão, cumulada ao pagamento de 30 (trinta) dias-multa.**

Em vista do novo *quantum*, **altero o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade para o fechado**, nos termos do art. 33, § 2º, "a", CP.

Por todo o exposto, em consonância com a douta Procuradoria de Justiça, **dou provimento ao recurso ministerial, para fins de reformar a sentença e condenar Paulo Germano da Silva Júnior por infração ao art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicando-lhe, quanto a este delito, a pena 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão. Em decorrência, aplicada a regra do concurso material, altero a pena privativa de liberdade definitiva do acusado para 08 (oito) anos e 02 (dois) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado.**

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator

Apelação Criminal nº: 13799-14.2010.8.17.0810 (0320445-1)
Comarca Origem: Jaboatão dos Guararapes - 3ª Vara Criminal
Apelante: Ministério Público Estadual
Apelado: Paulo Germano da Silva Júnior
Relator: Des. Antônio de Melo e Lima
Procurador(a) de Justiça: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO DO REVISOR

Cuida-se de Apelação Criminal interposta pelo representante do Ministério Público Estadual, contra a sentença que, apesar de ter condenado o apelado como incurso nas penas do art. 157, § 2º, II, do CP, o absolveu do delito de corrupção de menores (art. 244-B da Lei nº 8.069/30).

Sustenta que o argumento utilizado na sentença para absolver o acusado encontra-se ultrapassado, posto que o delito de corrupção de menores é delito formal e não exige demonstração de que o adolescente tenha sido efetivamente corrompido, pouco importando, também, se o mesmo já era ou não afeito ao mundo da criminalidade.

Pois bem. De fato, assiste razão ao recorrente. O Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Recurso Especial Representativo da Controvérsia - REsp 1.127.954/DF, sedimentou entendimento de que para a configuração do crime de corrupção de menores, de natureza formal, basta que haja evidências da participação de menor de 18 (dezoito) anos no delito e na companhia de agente imputável, sendo irrelevante o fato de já estar ele corrompido, tanto que foi editada a Súmula nº 500.

No caso, restou evidenciado que o acusado, acompanhado de três adolescentes, fazendo uso de violência, assaltou a vítima Cláudio Francisco da Silva, o que, por si só, configura o delito previsto no art. 244-B do Estatuto da Criança e dos Adolescentes, motivo pelo qual a condenação é medida que se impõe.

Assim, levando-se em conta os vetores do art. 59 do CP, observo que milita em desfavor do acusado apenas os maus antecedentes, vez que responde ao feito de nº 0010386-24.2012.8.17.0001. Neste ponto, cumpre salientar que, mesmo após a edição da Súmula nº 444 do STJ, comungo do entendimento acerca da possibilidade da consideração de inquéritos policiais e ações penais em andamento (sem condenação transitada em julgado) como maus antecedentes, de forma a permitir a exasperação da pena-base acima do mínimo legal, sem que, com isso, reste ofendido o princípio da presunção de não-culpabilidade. Assim, não vejo qualquer óbice na consideração dos processos a que responde o acusado como maus antecedentes, na primeira fase da dosimetria da pena.

Em relação às demais circunstâncias, verifico que ou são as normais do tipo ou não há elementos para avallar concretamente.

Em decorrência, fixo a pena-base em 01 ano e 06 meses de reclusão, a qual torno definitiva, para o delito de corrupção de menores, ante a ausência de agravantes, atenuantes, causas de aumento e de diminuição.

Promovendo o cúmulo material (art. 69 do CP), promovo a soma das penas do delito de roubo qualificado com o de corrupção de menores, totalizando o montante de 08 anos e 02 meses de reclusão e 30 dias-multa.

Ante o novo quantum, altero o regime da pena para o inicial fechado, nos termos do art. 33, § 2º, "a", do CP.

Diante do exposto, **voto pelo provimento do apelo ministerial e condeno Paulo Germano da Silva Júnior como incurso no delito do art. 244-B da Lei nº 8.069/90, aplicando-lhe a pena de 01 ano e 06 meses de reclusão. Com a**

Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

regra do art. 69 do CP, somando a pena do crime de corrupção de menores com a do roubo qualificado, restou a pena, ao final, no montante de 08 anos e 02 meses de reclusão, em regime fechado, mantidos os demais termos da condenação.

É como voto.

Recife, 28 de 05 de 2014.



Des. Mauro Alencar de Barros
Revisor